

ORIENTAÇÕES GERAIS E FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL												
GFIP	Relativa aos fatos geradores ocorridos na competência/mês anterior. -- O órgão/entidade está obrigado à entrega da GFIP ainda que não haja recolhimento para o FGTS, caso em que esta GFIP será declaratória, contendo todas as informações cadastrais e financeiras de interesse da Previdência Social.	Art. 15 da Lei nº 8.036/1990. (link para acesso)												
ISS Fonte	Devido ao município de Recife, relativo aos fatos geradores ocorridos na competência/mês anterior. -- Obs: Para o recolhimento do imposto devido a outros Municípios, deverá ser observado os dispositivos do respectivo Código Tributário.	Tabela de Vencimento dos Tributos Municipais 2019 da Prefeitura do Recife. (link para acesso)												
DS	Declaração de Serviços (DS) devida ao município de Recife, relativa ao trimestre anterior, será efetuada com base na seguinte tabela: <table><tr><th>Último algarismo do dígito verificador do CNPJ</th><th>Data-limite para entrega</th></tr><tr><td>0 e 1</td><td>15</td></tr><tr><td>2 e 3</td><td>16</td></tr><tr><td>4 e 5</td><td>17</td></tr><tr><td>6 e 7</td><td>18</td></tr><tr><td>8 e 9</td><td>19</td></tr></table> Na hipótese do dia-limite não ser dia útil, este será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. -- As NFS-e recebidas de prestadores de serviço estabelecidos <u>no Recife</u> , independente da responsabilidade ou não pelo recolhimento do ISS, não devem ser lançadas na DS . Já as NFS-e emitidas por prestadores de serviços estabelecidos <u>fora do Recife</u> , deverão ser lançadas na DS, caso o ISS seja devido ao município do Recife. As Notas Fiscais <u>Convencionais</u> de Serviços continuam a ser lançadas normalmente na DS, ressalvadas as exceções previstas na legislação municipal. -- Obs: Para a Declaração de Serviços a serem apresentadas a outros Municípios, deverá ser observado os dispositivos do respectivo Código Tributário.	Último algarismo do dígito verificador do CNPJ	Data-limite para entrega	0 e 1	15	2 e 3	16	4 e 5	17	6 e 7	18	8 e 9	19	Art. 6º do Decreto nº 20.298/2004 do Município do Recife. (link para acesso)
Último algarismo do dígito verificador do CNPJ	Data-limite para entrega													
0 e 1	15													
2 e 3	16													
4 e 5	17													
6 e 7	18													
8 e 9	19													

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
GPS	Relativa à nota fiscal (fatura ou recibo de prestação de serviços) emitida na competência/mês anterior. -- Obs.: O vencimento do prazo de pagamento das contribuições sociais incidentes sobre o <u>décimo terceiro salário</u> , dar-se-á até o dia 20 de dezembro.	Arts. 96 e 129 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. (link para acesso)
IRRF	Relativo aos fatos geradores ocorridos na competência/mês anterior. -- Em razão do disposto na CF88 (art. 157, inciso I), o recolhimento do IRRF por parte dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas dos Estados, constitui-se em Receita Tributária Estadual, não devendo, portanto, ser recolhido através de DARF. -- Os recolhimentos efetuados a partir da Conta Única do Estado, pelos órgãos e entidades usuários do sistema E-fisco, deverão ser realizados eletronicamente, por meio de OB tipo 10. -- Os recolhimentos efetuados a partir de Outras Contas (contas D, contas de convênios, etc.) deverão ser realizados por meio de Documento de Arrecadação Estadual modelo 10 (DAE – 10) e contabilizados no sistema E-fisco por meio de OB tipo 17, sem efeito bancário.	Art. 70, inciso I, alínea “e”, da Lei nº 11.196/2005. (link para acesso) -- Art. 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988. (link para acesso) -- Art. 2º, § 1º, do Decreto Estadual nº 20.346/98. (link para acesso)
DCTF	Deve ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores. -- Estão dispensadas da apresentação da DCTF as pessoas jurídicas e demais entidades de que trata o caput do art. 2º, que não tenham débitos a declarar , a partir do segundo mês em que permanecerem nessa condição. Todavia, em relação ao mês de janeiro de cada ano-calendário , NÃO estão dispensadas, mesmo que não tenham débitos a declarar. (art. 3º, § 2º, III, c, da IN RFB nº 1.599/2015)	Arts. 2º, 3º e 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.599/2015. (link para acesso)
PIS/PASEP	Relativo à competência/mês anterior. -- No caso das fundações, esta obrigação somente é aplicável para aquelas que processem folha de pessoal. -- No caso dos demais órgãos/entidades, apenas é aplicável aos que possuem receitas correntes diretamente arrecadadas e transferências correntes e de capital recebidas.	Art. 1º da Lei nº 11.933/2009. (link para acesso)

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
DIRF	Relativo ao ano-calendário do exercício anterior.	Art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.836/2018. (link para acesso)
SIOPS	Transmissão dos dados sobre receitas totais e despesas com ações e serviços públicos de saúde para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), relativos ao bimestre anterior.	Arts. 453 e 456 da Portaria de Consolidação nº 01/2017 do Ministério da Saúde. (link para acesso)
RGF	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao quadrimestre anterior. -- Publicação do RGF de todos os quadrimestres do exercício em curso (cumulativo) e, a partir de 2018, também passou a ser exigida a publicação dos RGFs dos quadrimestres do exercício anterior (cumulatividade e bianualidade).	Arts. 54 e 55 da LC nº 101/2000 (LRF). (link para acesso) Art. 22, X da Portaria Interministerial nº 424/2016 (link para acesso)
RREO	Publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao bimestre anterior. -- Publicação do RREO de todos os bimestres do exercício em curso (cumulativo) e, a partir de 2018, também passou a ser exigida a publicação dos RREOs de todos os bimestres do exercício anterior (cumulatividade e bianualidade).	Arts. 52 e 53 da LC nº 101/2000 (LRF). (link para acesso) Art. 22, XIII da Portaria Interministerial nº 424/2016 (link para acesso)
CONTAS ANUAIS (ECA)	Encaminhamento das Contas Anuais - ECA (Demonstrativos Contábeis citados na Lei nº 4.320/1964) para a consolidação das contas dos Entes da Federação relativas aos 5 (cinco) últimos exercícios, cujo registro é procedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).	Art. 51, § 1º, inciso II, da LC nº 101/2000 (LRF). (link para acesso) Art. 22, XII da Portaria Interministerial nº 424/2016 (link para acesso)

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
SIOPE	Transmissão dos dados comprobatórios da aplicação anual na manutenção e desenvolvimento do ensino do percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), relativos ao exercício anterior. -- A partir de 2018, a data final para encaminhamento dos dados relativos ao investimento em educação do ano anterior será 30 de janeiro do ano seguinte. Assim, para o gasto em 2018, a data final será 30 de janeiro de 2019.	Art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b" da LC nº 101/2000 (LRF). (link para acesso) Art. 22, VIII da Portaria Interministerial nº 424/2016 (link para acesso)
EXERCÍCIO DA PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (EPCT)	Demonstração do Exercício da Plena Competência Tributária - EPCT , que se constitui no cumprimento da obrigação de instituir, de prever e de arrecadar os impostos de competência constitucional do Estado. -- Comprovada por meio de apresentação de declaração do Chefe do Poder Executivo de que instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional, com a apresentação do comprovante de remessa da declaração ao respectivo Tribunal de Contas (por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada).	Art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF). (link para acesso)
CRP	Regularidade Previdenciária, constituída pela observância dos critérios e das regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, cujo Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é emitido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) do Ministério da Previdência Social (MPS).	Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001(link para acesso)
REGULARIDADE QUANTO A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS (CONFAZ)	Regularidade quanto à concessão ou à manutenção de incentivos fiscais, pelos Estados ou pelo Distrito Federal, sendo sua comprovação verificada por meio da informação do Conselho Nacional de Política Fazendária.	LC nº 160/2017 (link de acesso)

OBRIGAÇÃO	ORIENTAÇÕES GERAIS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS (MSC)	<p>MSC corresponde a uma estrutura padronizada para transferência de informações primárias de natureza contábil, orçamentária, e fiscal dos entes da federação .</p> <p>De validade mensal, deverá ser encaminhada até o último dia do mês seguinte ao de referência, sendo exigíveis todas as matrizes do exercício em curso e dos 4 imediatamente anteriores, com série histórica iniciando-se em 2018</p> <p>---</p> <p>No exercício de 2019, a partir dos dados contidos nas MSC enviadas pelos entes da Federação, o Siconfi irá gerar automaticamente os rascunhos de alguns Anexos do RREO e RGF.</p>	<p>Art. 48, § 2º da LC nº 101 /2000 (LRF) (link para acesso)</p> <p>Art. 8º, § 1º da Portaria STN nº 549/2018 (link para acesso)</p>

Dúvidas?

Ligue para 3183.0913/0864

Envie e-mail para regularidade@cge.pe.gov.br.

Consulte o sistema SCGEOrient: www.scgeorienta.pe.gov.br.